



Ata da segunda sessão extraordinária do segundo período legislativo da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, a ser realizada no dia 27 de novembro de 2025, às 16:30H, Para a votação em 2º turno do PPA-2026-2029. No salão do plenário rosa feliz pereira. Observou-se que a mesa não está composta. Sob a presidência da vereadora Andreia Veiga, Vereadora Roberta Araújo (primeira secretária). A presidente Andreia Veiga convidou o vereador Edson Farias, a assumir a (segunda secretária). A presidente Andreia Veiga, solicitou que a primeira secretária, a vereadora, Roberta Araújo, a realizar a chamada dos edis presentes: Andreia Veiga, Edson Farias, Edson Sousa, Roberta Araújo, Walter Oeiras, Marcos Paulo, Branco Manga, Kennedy Santana, contatou-se a ausência do vereador Izanides Filho, que está em agenda em Belém, o vereador Osvaldo Alves, até o momento não tinha justificado sua ausência, o vereador Drô Alfaia, se encontra em consulta médica. Havendo o número legal, a presidente declarou aberta a segunda sessão extraordinária do dia de hoje, Invocando a proteção de Deus em nome do povo Oeirense declarou aberta a presente sessão. A Presidente Andreia Veiga solicitou à Senhora Secretária da Mesa que procedesse à leitura da matéria dos expedientes, obedecendo à seguinte ordem: Expedientes oriundos do Poder Executivo, Expedientes oriundos de outras origens, Expedientes apresentados pelos vereadores. Com a palavra, sua Excelência a vereadora Roberta Araújo: parecer do relator e parecer da comissão Nº 003/2025-CFPFFO, referente ao projeto de lei nº 007/2025, de 28 de agosto de 2025, o qual “dispõe sobre o Plano Plurianual de Oeiras do Pará, para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências”, juntamente com as emendas modificativas nº 01/2025 e aditiva nº 01/2025. Projeto de lei nº 007/2025, de 28 de agosto de 2025, de autoria do Executivo Municipal, o qual “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Oeiras do Pará, para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências”. Feita a leitura, Presidente. Grande expediente, palavra facultada aos vereadores sobre matéria em pauta com o prazo máximo de 20 minutos. Com a palavra, o vereador Edson Farias: que iniciou cumprimentando a Senhora Presidenta, Andreia Veiga, e a Mesa Constituída, na pessoa da vereadora Roberta Araújo. O vereador cumprimentou ainda os nobres pares, na pessoa do relator da matéria em pauta, vereador Kennedy Santana, ressaltando a honra de compor a plenária ao lado de Sua Excelência. Registrou lamento pela ausência de alguns vereadores, justificando que, por motivos diversos, não puderam comparecer, destacando, contudo, que os presentes demonstravam comprometimento e responsabilidade com o município de Oeiras do Pará. O vereador informou que a sessão extraordinária fora convocada para apreciação e votação do Projeto de Lei referente ao Plano Plurianual – PPA. Antes, porém, solicitou autorização da

Presidência para registrar e saudar a presença da eminente Procuradora do Município, doutora Iraneide, afirmando ser uma honra recebê-la na plenária, acompanhada do Procurador e Assessor Jurídico da Casa, doutor Rogélio, ambos reconhecidos pelo extenso conhecimento em matéria municipalista. Destacou, ainda, a atuação da doutora Iraneide enquanto procuradora desta Câmara, ocasião em que contribuiu significativamente para o avanço institucional. O vereador também saudou todos os servidores da Casa de Leis e o público que acompanhava a sessão por meio da rádio FM e das redes sociais, incluindo moradores da BR-422, da sede, do interior, dos rios e das ilhas. Prosseguindo, informou que o PPA em apreciação possui vigência de 2026 a 2029, ressaltando que, embora seja pouco percebido por parte da população, trata-se de instrumento de grande relevância, evidenciando a importância do Poder Legislativo no processo democrático. Citou reportagem exibida no Jornal Hoje sobre projeto de lei encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, relativo ao meio ambiente, o qual sofreu modificações, foi enviado à sanção presidencial e posteriormente vetado. Relatou que, conforme prevê o ordenamento jurídico, o veto retornou ao Congresso para análise, que decidiu por sua derrubada, prevalecendo a vontade do Poder Legislativo. Tal fato foi destacado como exemplo da força institucional do Parlamento. O vereador afirmou que a sessão em andamento era uma das mais importantes da legislatura, visto tratar-se da votação do PPA, instrumento de planejamento de médio prazo, com vigência de quatro anos, que define diretrizes, objetivos e metas estratégicas do governo municipal, servindo como guia da administração pública. Ressaltou que, sem o PPA, o governo ficaria sem direcionamento, impossibilitado de estabelecer prioridades e promover a alocação adequada de recursos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. O vereador prosseguiu afirmando que a análise realizada pela Comissão demonstrou, mais uma vez, a importância de se escolher representantes comprometidos com o município. Destacou, dirigindo-se ao vereador Edson Sousa, que o eleitor deve optar por pessoas com conhecimento, disponibilidade e aptidão para o exercício do mandato. Relatou que, em períodos eleitorais, é comum ouvir discursos defendendo a substituição de todos os vereadores, sob o argumento de que “é hora de mudança”. Ilustrou tal situação com um episódio ocorrido na BR-422, envolvendo um conhecido que defendia essa ideia e que, posteriormente, descobriu tratar-se de um pré-candidato. O vereador narrou que questionou o referido cidadão, proprietário de uma oficina de motocicletas, sobre a quem concederia emprego caso duas pessoas se candidatassem a uma vaga, uma com experiência e outra sem nenhuma. O proprietário respondeu que contrataria quem tivesse experiência. Assim, o vereador

afirmou ter argumentado que, da mesma forma, deveria contar com o apoio dele para permanecer na Câmara, pois possuía experiência parlamentar, ao contrário de muitos que pretendem ingressar sem qualquer vivência legislativa. O vereador ressaltou que experiência, aptidão, vontade e dedicação fazem diferença no exercício do cargo. Como exemplo, citou que não fosse o olhar técnico e criterioso do relator, teria passado despercebida a ausência de previsão orçamentária para a obra de construção do novo cemitério, considerada de extrema necessidade para o município. Cumprimentou o relator e a equipe técnica pelo trabalho. Observou que o Projeto de Lei do PPA contém 384 páginas, abrangendo os anseios da população, e que eventuais omissões são compreensíveis, considerando ser um documento extenso e elaborado por seres humanos sujeitos a falhas. Contudo, reforçou que a lacuna referente ao cemitério não passou despercebida pela análise da Comissão, auxiliada pelo assessor jurídico da Casa, doutor Rogélio, cuja dedicação foi destacada. O vereador mencionou ter realizado leitura parcial do documento, enfatizando que o PPA compõe uma sequência normativa essencial. Declarou-se profundo conhecedor do município e de sua legislação, afirmando que sem o PPA não existe LDO, e sem a LDO não existe LOA, de modo que, na ausência dessas três peças, o Poder Executivo não pode executar nenhuma ação. Reforçou que a inexistência de previsão orçamentária ou de rubrica autorizada pelo Poder Legislativo configura irregularidade grave. Recordou o caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, cassada por pedaladas fiscais, observando que qualquer execução sem respaldo orçamentário caracteriza conduta semelhante, sujeita à responsabilização. O vereador parabenizou todos os envolvidos na análise e elaboração da matéria e agradeceu a Deus pela oportunidade de participar da votação de seu quinto PPA durante sua trajetória legislativa. Acrescentou que tem contribuído com o município dentro das prerrogativas do cargo, e que muitos criticam por desconhecimento das atribuições parlamentares. Ressaltou que fiscalizar não significa apenas criticar ou se manifestar publicamente, mas também dialogar com a prefeita, prática que afirmou exercer com frequência, sempre que discorda de algo, buscando entendimento e apresentando sugestões para a melhoria do município. Finalizando, o vereador registrou reconhecimento aos funcionários e técnicos responsáveis pela elaboração do PPA, destacando a complexidade das suas 384 páginas. O vereador prosseguiu registrando que, durante a análise das matérias referentes ao Plano Plurianual, apenas um lapso havia sido identificado, especificamente quanto à questão do cemitério municipal. Parabenizou a equipe responsável, ressaltando que não se trata de tema simples, e que o projeto encaminhado se apresentava praticamente completo. Referindo-se à emenda em discussão, para a qual já

havia manifestado voto favorável no primeiro turno e que novamente declarava seu voto favorável no segundo turno o vereador destacou ao relator, vereador Kennedy Santana, a extrema relevância da construção de um novo cemitério no município. Relatou ter recebido a informação de que, no período do inverno, o atual cemitério possivelmente não terá mais condições de receber sepultamentos, podendo haver necessidade de trasladar corpos para outros municípios ou para áreas fora da sede, caso a família não possua jazigo previamente estabelecido. Enfatizou, portanto, a urgência e a prioridade da referida emenda que trata da construção do novo cemitério municipal. O vereador parabenizou novamente a comissão responsável e agradeceu a Deus pela oportunidade de exercer o mandato, afirmando que ser vereador é motivo de honra. Ressaltou que, ao ver uma obra sendo executada, é possível reconhecer a participação do Poder Legislativo, uma vez que nenhuma ação do Executivo é possível sem a prévia aprovação desta Casa. Ressalvou que não pretendia elevar-se acima de nenhum outro poder, mas apenas destacar a relevância institucional do Parlamento. Recordou exemplo anteriormente mencionado em sessão, sobre episódio ocorrido nos Estados Unidos, onde, diante da ausência de aprovação orçamentária pelo Congresso norte-americano, o país entrou em lockdown institucional por aproximadamente quarenta e cinco dias, impossibilitando qualquer despesa por parte do Presidente da República e afetando até mesmo o funcionamento dos aeroportos, cujos profissionais dependem de remuneração federal. O vereador ressaltou que, diferentemente daquela situação, nesta Casa todos os parlamentares demonstraram compromisso, responsabilidade e disposição, mesmo diante do curto prazo para apreciação da matéria, visto que o PPA deve ser devolvido ao Executivo até 30 de novembro. Registrou que todos os vereadores estavam presentes com boa vontade, em pleno horário de 16 horas e 10 minutos de uma quinta-feira, trabalhando em favor dos munícipes e do desenvolvimento de Oeiras do Pará. Manifestou desejo de que Deus abençoe a administração municipal e que a Prefeita Gilma consiga, nos três anos seguintes de vigência do PPA, captar os recursos previstos e executar obras e ações em benefício da população. O vereador informou que, no dia seguinte, deslocar-se-ia à cidade de Belém, acompanhado de seu deputado, para tratar de assuntos relativos à segurança pública. Relatou que apresentaria ao parlamentar a demanda para transformação do Pelotão de Oeiras em Companhia Independente, visando o aumento do efetivo policial no município. Pediu desculpas por ter abordado assunto alheio à matéria em pauta, reconhecendo que o Regimento Interno não permite tal digressão, bem como desculpou-se pela extensão de sua fala. Encerrando, agradeceu aos colegas vereadores e à comissão de orçamento pelo trabalho realizado, reafirmando que o Poder Legislativo

estava muito bem representado. Concluiu agradecendo. Com a palavra, o vereador Edson Sousa: que iniciou cumprimentando a todos os presentes e a Mesa Diretora, na pessoa do relator da matéria, vereador Kennedy Santana, a quem parabenizou pelo excelente trabalho realizado, juntamente com o setor jurídico da Casa. Saudou todas as pessoas que acompanhavam a sessão extraordinária, classificando-a como de grande importância para o município, ressaltando que o Parlamento uniu esforços para garantir a apreciação da matéria, dada a relevância da lei em discussão. O vereador registrou que, há alguns dias, assim como o relator, dedicou-se ao estudo do Plano Plurianual. Relatou ter analisado o documento, que contém 384 páginas, concentrando-se especialmente nos eixos da agricultura e da infraestrutura, áreas nas quais buscou esclarecer dúvidas em reunião realizada com o setor jurídico e o setor contábil da Câmara, reunião esta que contou também com a presença do vereador Marcos Paulo. Classificou o encontro como rápido, porém altamente produtivo. Afirmou que entende ser dever do parlamentar contribuir de forma efetiva com o processo legislativo, especialmente em momentos de grande relevância, evitando que eventuais falhas possam comprometer o desenvolvimento do município. Destacou que, em recente conversa com o vereador Kennedy, constatou que os pontos essenciais foram devidamente observados, reconhecendo o bom trabalho da assessoria do Executivo, sob a gestão da Prefeita Gilma Ribeiro. Acrescentou que, conforme mencionara o vereador que o antecedeu, Edson Farias, todos estão sujeitos a falhas, e que somente Jesus foi perfeito, reforçando que esta Casa tem se mantido vigilante e atuante diante das necessidades da população. Manifestou orgulho em integrar um Parlamento atento e comprometido. Registrou agradecimentos aos colegas vereadores que contribuíram para o andamento da matéria, inclusive aqueles ausentes na sessão por estarem representando o município em outros compromissos, como os vereadores Drô Alfaia e Osvaldo Alves. Ressaltou que todos têm dialogado e participado ativamente para oferecer respostas positivas à comunidade. O vereador afirmou que estava presente pelo reconhecimento da importância do projeto e pelo compromisso com os segmentos que representa. Ao comentar sobre as vicinais, declarou satisfação, reiterando o desejo de ver uma agricultura forte e desenvolvida no município, pois não há cidade próspera quando o campo se encontra enfraquecido. Observou que esse fortalecimento começa pela infraestrutura da zona rural. Enfatizou que o governo municipal já vem ampliando ações nessa área, citando como exemplo os trabalhos realizados na região do Melancial, onde já é possível perceber avanços, facilitando inclusive o acesso de veículos de pequeno porte. Ressaltou que é fundamental que esses investimentos estejam assegurados em lei nos próximos quatro anos.

fornecendo sustentação ao Executivo para promover as mudanças necessárias tanto na zona rural quanto na sede do município. Concluiu parabenizando o relator, a equipe técnica envolvida e a Presidência da Casa pelo trabalho desenvolvido. Manifestou o desejo de que durante os quatro anos de vigência do PPA, seja possível transformar os planos em ações concretas que melhorem a qualidade de vida da população. Finalizou agradecendo e desejando que Deus abençoe a todos. Com a palavra, o vereador Kennedy Santana: que iniciou cumprimentando a todos, desejando boa tarde aos presentes e aos cidadãos que acompanhavam a sessão pelas mídias sociais. Saudou, de modo especial, o Procurador do Município, doutor Rogélio, e a procuradora doutora Iraneide, cuja presença considerou honrosa. Cumprimentou a Mesa Diretora e demais vereadores, destacando os conhecimentos jurídicos dos vereadores Marcos Paulo e Edson Farias. O vereador registrou que a sessão extraordinária tinha como finalidade a apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA, documento que, conforme afirmou, representa os sonhos e as metas para os próximos quatro anos do município de Oeiras do Pará. Esclareceu ao público que o PPA é o instrumento por meio do qual o Executivo expressa suas intenções e prioridades, como a construção de unidades de saúde, reformas de prédios públicos, entre outras ações. Relatou ter feito uma leitura atenta das páginas que compõem o Plano Plurianual, buscando assegurar que tudo aquilo defendido pelos vereadores em plenário estivesse contemplado no orçamento. Ressaltou que, enquanto o Executivo apresenta suas propostas, cabe ao Legislativo conferir viabilidade, conforme previsto em lei. Ao abordar a inclusão da construção de um novo cemitério, enfatizou que não se tratava de apontar erro do Executivo, ressaltando que o PPA também foi discutido com a população em audiência pública. Contudo, afirmou que o papel do vereador é justamente contribuir, aperfeiçoar e complementar o planejamento municipal, motivo pelo qual apresentou a emenda que inclui a referida obra. O vereador parabenizou nominalmente os colegas Branco Manga, Marcos Paulo Leitão, Edson Farias, Andreia Veiga, Roberta Araújo, Walter Oeiras e Edson Sousa, destacando a importância da participação de todos na definição dos rumos administrativos do município. Relatou que, em reunião, o Procurador Rogélio havia questionado como funciona atualmente a situação do cemitério municipal, ao que explicou que a demanda é consequência do crescimento da cidade e não um problema específico da atual administração. Reforçou que a inclusão da obra no PPA é necessária para evitar que famílias, já fragilizadas pela perda de entes queridos, enfrentem a dor adicional de não poder realizar sepultamentos no próprio município. Destacou fundamentos legais relacionados ao planejamento orçamentário e mencionou que a equipe

contábil esclareceu as possibilidades de realocação de recursos, desde que obedecidos os limites percentuais estabelecidos em lei. Citou, como exemplo, que não seria possível duplicar a verba originalmente prevista de 60% para 120%, por exemplo sob pena de cometer irregularidade configurada como pedalada fiscal, tal como já ocorrido no âmbito federal, conforme recordado por outro vereador. Concluiu reafirmando a importância da responsabilidade legislativa na construção do PPA e na garantia de sua conformidade legal e institucional. O vereador Kennedy Santana prosseguiu destacando que não é permitido realocar recursos orçamentários de uma área para outra de forma desproporcional, sem autorização do Poder Legislativo, reafirmando, assim, a importância da atuação desta Casa na construção e fiscalização das políticas públicas do município. O vereador registrou a trajetória política de sua família, mencionando que seu avô, Galileu, foi vereador e presidente da Câmara Municipal em 1976 e que completará 100 anos no próximo ano bem como seu tio Maneles, que exerceu o mandato de vereador e o cargo de vice-prefeito, ressaltando que ambos contribuíram de forma significativa para a política de Oeiras do Pará. Declarou sentir-se honrado por dar continuidade a essa história, agora como parlamentar. Agradeceu e reconheceu o aprendizado proporcionado pela convivência com vereadores experientes, citando nominalmente o vereador Edson Farias, detentor de cinco mandatos, enaltecendo sua dedicação e sua contribuição técnica sempre que atua nas comissões. Relatou que, por respeito à função que exerce e ao legado de sua família, dedicou-se intensamente ao estudo do PPA, permanecendo três dias consecutivos na Câmara, juntamente com o Procurador Jurídico doutor Rogélio e com os membros da Comissão, inclusive o vereador Drô, que participou das reuniões por videoconferência. Informou que tais reuniões serão registradas em ata para fins de transparência e segurança institucional. Acrescentou que acompanha atentamente as demandas da população e que o trabalho do vereador é contínuo, iniciando desde o momento em que um cidadão procura seu atendimento. Explicou que realizou uma análise item por item do Plano Plurianual, verificando, por exemplo, a previsão orçamentária de R\$ 280 mil para aquisição de uma patrulha mecanizada destinada à agricultura, pauta destacada pelo vereador Edson Sousa nas reuniões da comissão. Reforçou que o PPA representa os sonhos, as aspirações e as metas da administração e da sociedade para os próximos quatro anos, diferentemente da Lei Orçamentária Anual (LOA), que será votada posteriormente e que corresponde ao “choque de realidade”, definindo aquilo que efetivamente poderá ser executado dentro da disponibilidade financeira. O vereador ressaltou que no PPA estão previstos diversos programas e ações essenciais ao atendimento à população, como os serviços de

documentação promovidos pelo PAVE e demais programas institucionais das secretarias municipais, os quais dependem da aprovação da Casa para terem respaldo legal. Destacou também ter verificado que o PPA contempla recursos destinados à manutenção e reforma de ambulâncias, bem como investimentos na área esportiva setor essencial para a juventude e fator de esperança para as novas gerações. Citou como exemplos a previsão para construção de quadras poliesportivas em comunidades como Vila do Uxi-Estrada, Monte das Oliveiras, entre outras da zona rural e urbana, além da previsão para reforma ou construção de centros esportivos e ginásios. Explicou que essa previsão orçamentária facilita a captação de recursos externos, como emendas parlamentares, pois, havendo previsão no PPA, não haverá necessidade de convocação de sessão extraordinária para adequação legislativa, simplificando o trâmite e garantindo maior celeridade às ações governamentais. Agradeceu a atenção de todos, reafirmando o compromisso da Comissão e desta Casa com o desenvolvimento planejado do município de Oeiras do Pará. O vereador Kennedy Santana prosseguiu afirmando a importância de assegurar, no orçamento, condições para que diversas demandas históricas das comunidades possam se tornar realidade. Citou como exemplo a comunidade do Camiranga, onde moradores manifestaram o desejo de que seja criada uma zona eleitoral própria, tornando o eleitorado independente da Vila do Itaucú. O vereador explicou que, caso haja previsão orçamentária para construção ou adequação de um espaço físico como uma unidade escolar tal possibilidade poderá ser concretizada no futuro, razão pela qual é fundamental registrar tais expectativas no Plano Plurianual. Ressaltou que, enquanto presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, tomou todo o cuidado de somente votar uma lei em plena consonância com a Constituição Federal e com os princípios da responsabilidade fiscal. Afirmou que o Executivo elabora o orçamento, mas é o Poder Legislativo quem valida e autoriza sua execução, funcionando como o órgão que assina o cheque, garantindo segurança jurídica e transparência ao planejamento orçamentário. Após destacar o intenso trabalho de análise do PPA, o vereador agradeceu a Deus pela sabedoria, saúde e força concedidas para desempenhar suas funções em benefício do município. Agradeceu também a todos os colegas parlamentares presentes, destacando que cada um honra, com comprometimento, os votos recebidos da população que lhes conferiu o mandato. Reiterou que a aprovação do Plano Plurianual garante diretrizes e segurança para os próximos quatro anos de ações administrativas em Oeiras do Pará. Encerrando sua fala, o vereador desejou bênçãos de Deus ao povo de Oeiras do Pará e ao Poder Legislativo Municipal, agradecendo a atenção de todos e desejando uma boa tarde. Com a palavra, o vereador

Marcos Paulo Leitão: saudou a todos os presentes, cumprimentando inicialmente os pares em nome do relator da matéria em discussão, vereador Kennedy Santana, a quem dirigiu palavras de respeito e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na elaboração do relatório referente ao Plano Plurianual. Destacou tratar-se de um dos projetos de lei mais relevantes apreciados pelo Poder Legislativo, não apenas em âmbito municipal, mas também nas demais esferas federativas. O parlamentar destacou que a pesquisa e a análise realizadas pelo relator evidenciaram pontos que demandavam maior atenção, dentre os quais ressaltou a situação do cemitério municipal, atualmente superlotado, o que tem gerado transtornos às famílias e exigido providências urgentes do Poder Público. Prosseguindo, o vereador Marcos Paulo fez referência ao artigo 165 da Constituição Federal, destacando que o Plano Plurianual deve estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Registrou, contudo, que ao analisar o projeto de lei o qual veio acompanhado de amplo material anexo e diagnóstico contendo dados sobre emprego, renda, educação e mercado de trabalho percebeu a ausência de metas claras relativas aos indicadores do município. Citou como exemplo a necessidade de previsão de metas para o IDEB, para a cobertura vacinal e para o fortalecimento da atenção básica em saúde, observando que a falta de informatização adequada nos postos de saúde compromete a alimentação dos sistemas oficiais e acarreta perda de recursos, uma vez que o Ministério da Saúde, sem dados atualizados, presume condições satisfatórias no município. Pontuou ainda que o projeto não fez menção direta à realização das audiências públicas. Embora reconheça que houve uma audiência na sede do município, fez uma crítica construtiva à administração municipal, sugerindo que, em futuras elaborações de PPA, também sejam promovidas audiências nos interiores, considerando a extensão territorial de Oeiras do Pará e a necessidade de ouvir as populações das comunidades mais distantes. O vereador agradeceu pela oportunidade de participar do processo de formulação do planejamento de longo prazo do município e reconheceu a importância de o Poder Legislativo cumprir seu papel dentro dos prazos legais, possibilitando a votação da matéria até 30 de novembro, conforme determina a legislação. Ressaltou o trabalho da Comissão, que apresentou um relatório claro, acessível e capaz de sanar as dúvidas dos parlamentares. Por fim, afirmou que, embora não seja possível implementar todas as ações previstas no PPA, é fundamental que o Executivo priorize as demandas mais essenciais, garantindo atendimento adequado à população. Encerrou agradecendo novamente aos colegas e desejando que o poder público possa efetivar as políticas traçadas, colocando-se à disposição para futuras discussões. Com a palavra, a vereadora Roberta Araújo: iniciou sua manifestação.

afirmando que, embora as falas dos parlamentares fossem mais breves na presente sessão, não eram menos importantes. Destacou que o instrumento em votação o Plano Plurianual constitui peça fundamental de planejamento e orientação para o governo municipal. Ressaltou que, apesar de existir na comunidade a percepção equivocada de que o vereador não trabalha, dentre todas as atribuições do Legislativo, deliberar sobre o PPA figura entre as mais relevantes, pois cabe ao Parlamento nortear aquilo que o governo poderá realizar. A vereadora enfatizou que o trabalho legislativo, desenvolvido lado a lado com a gestão municipal, proporciona uma visão mais ampla das necessidades do município. Destacou a atuação do vereador Kennedy Santana, que, conhecedor da realidade da BR, pôde identificar a necessidade de avanços na área esportiva daquela localidade. Afirmou que, ao analisar o PPA e proceder, juntamente com a Comissão, às devidas relocações orçamentárias, o relator demonstrou com clareza o propósito do Legislativo e a importância de sua atuação. Registrou que o projeto em análise possuía 384 páginas, todas examinadas pela Comissão, a qual, segundo suas palavras, desempenhou um trabalho brilhante. Estendeu os parabéns ao assessor jurídico, Dr. Rogério, à Mesa Diretora sem deixar de reconhecer o trabalho da Presidente da Câmara e à contabilidade municipal, que participou das reuniões, inclusive por videoconferência, formando uma verdadeira força-tarefa para viabilizar um relatório simplificado, claro e compreensível, permitindo aos vereadores votar com segurança e tranquilidade. A vereadora Roberta ressaltou que o Parlamento estava assinando em conjunto aquilo que foi analisado pela Comissão e encaminhado pela Prefeitura Municipal. Parabenizou ainda a responsável técnica da Prefeitura pelo envio da matéria. Afirmou sair da sessão com sensação de dever cumprido, votando favoravelmente ao PPA com tranquilidade, plenamente consciente dos destinos orçamentários do município. Destacou o comprometimento da prefeita, sempre presente tanto na sede quanto na zona rural, assim como o comprometimento dos vereadores, que, por estarem próximos da população, possuem sensibilidade para identificar prioridades e redistribuir recursos onde há maior urgência, citando, como exemplo, a situação do cemitério municipal. Pontuou também a importância das ações voltadas ao esporte, tema que não representa pauta individual, mas sim consenso entre todos os vereadores. Ressaltou que o trabalho do Legislativo é coletivo, realizado de forma unida e colaborativa. Encerrando sua fala, observou que a votação do PPA impactará diretamente áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e esporte, reafirmando o empenho e a responsabilidade dos vereadores, que compareceram a uma sessão extraordinária numa quinta-feira, às 15h, demonstrando compromisso com o município. Finalizou agradecendo

e parabenizando a Presidente da Câmara pela estrutura e apoio oferecidos às comissões, possibilitando um trabalho eficiente e tranquilo. A Presidente da Câmara deu início ao procedimento de votação em segundo turno do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA, informando que, em razão de já terem sido realizadas, no primeiro turno, as leituras dos pareceres do relator da Comissão de Finanças, Patrimônio e Fiscalização Financeira e Orçamentária, bem como das Emendas Modificativas nº 01/2025 e da Emenda Aditiva nº 01/2025, a Mesa Diretora dispensava nova leitura, passando-se diretamente à fase de discussão. Franqueada a palavra, manifestou-se o vereador Kennedy Santana, que agradeceu aos pares pela colaboração e afirmou que, ao assegurar no Plano Plurianual as previsões necessárias para obras e ações, os vereadores poderão, no futuro, afirmar com convicção que contribuíram efetivamente para sua realização, ao garantir a alocação orçamentária indispensável. Ressaltou que essa responsabilidade motiva o trabalho parlamentar, especialmente porque o mandato concedido pelo povo, legitimado pelo diploma expedido pela Justiça Eleitoral, exige comprometimento e dedicação. O vereador destacou que as demandas recebidas nas comunidades citando visita realizada à localidade do Murujucá durante sessão itinerante demonstram a confiança dos cidadãos no papel do vereador como interlocutor. Contudo, enfatizou que, sem a previsão da ação no PPA, nenhuma indicação, por mais pertinente que seja, pode ser executada, motivo pelo qual o trabalho realizado pela Comissão e pelos demais vereadores foi de extrema importância. Finalizou agradecendo, emocionado, a cada vereador pela responsabilidade demonstrada no exame do projeto e pelo compromisso com o povo que confiou seus votos. Em seguida, a Presidente da Câmara, a vereadora Andreia Veiga, embora sem direito a voto, fez breve manifestação. Parabenizou o relator e toda a Comissão pelo trabalho desenvolvido, ressaltando que a necessidade de convocação de sessão extraordinária se justificou pela análise minuciosa exigida pela matéria. Destacou a relevância de o relator ter solicitado prazo adicional para examinar todos os pontos do projeto, reforçando que tal atitude demonstra comprometimento e zelo com a função legislativa. A Presidente afirmou sentir-se honrada pelo empenho dos vereadores e pela dedicação com que acompanharam todas as etapas da tramitação, ressaltando que, apesar de não votar, presta total apoio moral aos parlamentares. Encerrando, declarou estar certa de que esta Casa jamais deliberaria de forma contrária a um instrumento tão essencial para o desenvolvimento do município, reiterando a importância do PPA para o planejamento de médio prazo de Oeiras do Pará. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente da Câmara anunciou que daria início ao processo de votação do Parecer do Relator e do Parecer da Comissão de Finanças.

Patrimônio e Fiscalização Financeira e Orçamentária, seguindo o mesmo procedimento adotado na votação em primeiro turno. Informou ainda que, após esta etapa, seriam apreciadas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei. Submetidos à deliberação do plenário, todos os vereadores presentes manifestaram voto favorável à aprovação do parecer do relator e do parecer da comissão. Resultado da votação: Aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, a Presidente anunciou a votação das Emendas Modificativas nº 001/2025 e Emendas Aditivas nº 001/2025, ambos referentes ao Projeto de Lei nº 007/2025. Realizada a chamada nominal, registraram-se os seguintes votos: Vereador Kennedy Santana (Presidente e Relator da Comissão de Finanças): votou pela aprovação. Vereador Edson Sousa: votou pela aprovação. Vereador Walter Oeiras: votou pela aprovação. Vereadora Roberta Araújo: votou sim, afirmando votar com tranquilidade nas emendas apresentadas. Vereador Edson Farias: votou sim, agradecendo a Deus pela oportunidade. Vereador Marcos Paulo Leitão: votou pela aprovação. Vereador Branco Manga: votou sim. Resultado da votação das emendas: Aprovadas por unanimidade. Em seguida, passou-se à votação do Projeto de Lei nº 007/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Oeiras do Pará para o período de 2026 a 2029, já incorporando as emendas aprovadas. Aberta a discussão, não houve manifestações. Procedeu-se então à votação nominal: Vereador Branco Manga: votou sim. Vereador Marcos Paulo Leitão: votou sim. Vereador Edson Farias: apresentou declaração de voto, parabenizando a comissão e rogando a Deus bênçãos sobre a gestão municipal, votando sim. Vereadora Roberta Araújo: apresentou declaração de voto, pedindo a Deus que haja recursos para execução das ações previstas, votando sim. Vereador Walter Oeiras: votou sim. Vereador Edson Sousa: votou sim. Vereador Kennedy Santana: votou pela aprovação. Resultado da votação do Projeto de Lei nº 007/2025: Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a sessão extraordinária, desejando boa tarde a todos os presentes.

*Araújo*

*[Assinatura]*